

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.290 - MG (2020/0043456-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : OSCARLOS RODRIGUES BATISTA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. FURTO SIMPLES. PRISÃO PREVENTIVA. ANTECEDENTES CRIMINAIS. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS ALTERNATIVAS DO ART. 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL INSUFICIENTES. NOVO DELITO PRATICADO NO CURSO DE LIBERDADE PROVISÓRIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por OSCARLOS RODRIGUES BATISTA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no HC n.º 1.0000.19.168964-5/000.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, no dia 1.º/12/2019, pela suposta prática do delito de furto descrito no art. 155, *caput*, do Código Penal (fl. 76).

O flagrante foi convertido em prisão preventiva, por ocasião da audiência de custódia (fls. 130-131).

Contra a segregação cautelar, foi impetrado *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, que denegou a ordem (fls. 152-158).

No presente recurso, em síntese, a Defensoria Pública sustenta ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva.

Requer, em liminar, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que possa o Recorrente responder ao processo em liberdade, até o julgamento final do presente feito. No mérito, busca "*a concessão da ordem, com o reconhecimento da ausência de justa causa para a persecução penal*" (fl. 177).

O pedido liminar foi indeferido (fls. 185-186).

Foram prestadas informações noticiando ter sido "*instaurado incidente de*

insanidade mental em face da falta de higidez mental demonstrada pelo acusado durante seu interrogatório" (fl. 197), a requerimento da Defesa.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo desprovimento do recurso ordinário em *habeas corpus*, em parecer que recebeu a seguinte ementa (fl. 261):

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FURTO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA COMO GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DECISÃO FUNDAMENTADA. GRAVIDADE CONCRETA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. PACIENTE REINCIDENTE. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER PELO CONHECIMENTO E DESPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO."

É o relatório. Decido.

Na hipótese dos autos, o decreto preventivo ora impugnado consta o que se segue (fl. 130; sem grifos no original):

"[...] o autuado é reincidente específico, ostentando condenações penais transitadas em julgado pelos delitos de furto simples, furto qualificado e roubo, encontrando-se, inclusive, em cumprimento de pena. Além disso, o autuado esteve em audiências de custódia realizadas em 19/05/2017, 14/07/2017 e 24/11/2018, sendo que nesta última, ele foi preso em flagrante pela prática de furto, ocasião em que foi beneficiado com a liberdade provisória."

No âmbito das cautelares, segundo o inciso II do art. 313 do Código de Processo Penal, admite-se a prisão preventiva se o agente tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado.

Portanto, em que pese o crime do art. 155, *caput*, do CP possuir pena máxima cominada em abstrato não superior a quatro anos, a prisão preventiva é admitida, nos termos do dispositivo legal mencionado. A propósito: HC 488.700/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 24/05/2019.

Isto posto, como se vê, **a custódia cautelar foi decretada com base na reincidência específica do Recorrente, além de outras condenações** (por furto, furto qualificado e roubo), como forma de evitar a reiteração delitiva, o que preenche o conteúdo da ordem pública e, assim, justifica a manutenção da medida extrema nos termos do art. 312 do CPP. Ilustrativamente: RHC 120.829/BA, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019 (DJe 04/02/2020).

Superior Tribunal de Justiça

Conforme copiosamente proclamado por esta Corte, "*maus antecedentes, reincidência ou até mesmo outras ações penais em curso são suficientes para a imposição de segregação cautelar como forma de evitar a reiteração delitiva e, assim, garantir a ordem pública*" (HC 542.630/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2019, DJe 19/12/2019).

Outrossim, **tendo o Recorrente sido flagrado pela suposta prática de novo crime durante a execução de pena imposta**, afasta-se a aplicação de medidas cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, por se revelarem concretamente insuficientes para proteção da coletividade (ordem pública).

Ante o exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora